

A Institucionalização da Razão

Resumo

O ensaio de Kant “Resposta à pergunta: que é ‘esclarecimento?’” dá a impressão de uma multidão de cidadãos expressando seus pensamentos em um debate público vigoroso. Mas eu vou propor que a visão mais pormenorizada de Kant dá à instituição da faculdade de filosofia o papel primordial de agir como a voz da razão nos debates políticos público. Na estrutura da universidade é atribuído à faculdade de filosofia o papel de personificar a razão. Kant argumenta que o governo deve permitir que essa faculdade seja livre, não somente para o seu próprio fim de procurar a verdade, mas também para o fim de promover um contraste público permanente com o governo, usando a razão na avaliação de leis e políticas. A faculdade de filosofia é a institucionalização da razão pública, livre.

Palavras-chave: razão pública . universidade . Kant . Habermas . debate político . Esclarecimento

Abstract

Kant’s essay “What is Enlightenment?” gives the impression of multitudes of citizens speaking their mind in robust public debate. But I will show that Kant’s more considered view gives the institution of the faculty of philosophy the primary role of acting as the voice of reason in public, political debates. In the structure of the university, the philosophy faculty is given the role of embodying reason. Kant argues that the government must allow for this faculty to be free not only for its own purpose of seeking truth but also for the purpose of providing a permanent public foil to the government by assessing laws and policies using reason. The philosophical faculty is the institutionalization of free, public reason.

Keywords: public reason . university . Kant . Habermas . political debate . Enlightenment

* Professor of Philosophy, Department of Philosophy, Michigan State University.

A descrição kantiana de uma sociedade esclarecida, envolvendo o livre uso da razão no debate público, recebeu devida atenção em recentes trabalhos sobre Kant. Quando se pensa na visão kantiana do Esclarecimento, logo vem à mente a imagem de pessoas livres expressando suas ideias no que é agora frequentemente chamado de “esfera pública”. Jürgen Habermas é bem conhecido por considerar que Kant estava comprometido com a ampla participação dos indivíduos no debate público¹. A própria sugestão de Kant para o lema do Esclarecimento, *Sapere aude*, parece falar a todos os cidadãos na medida em que os incita a “Ter coragem de fazer uso do seu próprio entendimento”².

No que se segue, argumento que essa é uma imagem enganosa da visão kantiana acerca do Esclarecimento. Mostrarei que, mais do que contando com todos ou com o maior número de cidadãos no livre exercício de sua razão no debate político, Kant acreditava que *institucionalmente*, a *faculdade de filosofia* poderia desempenhar um papel permanente no sistema político ideal como a voz da razão no debate político. Ele não impede que outros também possam exercitar sua razão, mas não espera que isso possa ser feito de forma significativa. A faculdade de filosofia está em condições de realizar essa função vital precisamente porque é da natureza da filosofia o livre exercício da razão, sem ser restringida por algum tipo de imposição vinda do governo e por não ser perturbada pelas preocupações da vida cotidiana. Além disso, mesmo se todos os cidadãos se engajassem no debate público, ainda permaneceria um papel distinto a ser desempenhado pelos professores da faculdade de filosofia.

Esse papel vai além das funções institucionais identificadas por Jürgen Habermas em sua discussão sobre o estudo de Kant acerca do Esclarecimento. Habermas alega que Kant invoca a instituição da filosofia como parte do

1 *NT: O texto em inglês foi publicado na *Kantian Review* nº 9, 2005, pp. 95-104. Cf. Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera pública*. 2ª Edição. Trad.: Flávio R Kothe. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2003, pág.: 131. Tradução para o Inglês: *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Tradutores: Thomas Burger e Frederick Lawrence (Cambridge, MA: MIT, 1989).

2 Tradução para o português: “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento?’” (1784); In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. 7ª Edição. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. Ed. Vozes, Petrópolis, 2005. E *O Conflito das faculdades* (1798). Trad.: Artur Morão. Coleção Textos Filosóficos. Edições 70, Lisboa, 1993. As citações de Kant feitas para o Inglês são retiradas de ‘What is Enlightenment’ in *Practical Philosophy*, tradução de Mary Gregor (New York: Cambridge University Press, 1996) e *The Conflict of the Faculties in Religion and Rational Theology*, Tradução de Allen Wood e George DiGionvanni (New York, Cambridge University Press, 1996). As citações são feitas pelo volume e pelo número tendo como referência *Kants gesammelte Schriften*, 29 Vols. (Berlin: Walter de Gruyter [e predecessores], 1902 -).

progresso do Esclarecimento por duas razões.³ Primeiro, os filósofos desempenham um papel *dentro* da universidade como aqueles professores cuja dedicação ao conhecimento, baseado na razão pura, serviria para contribuir para o discernimento dos professores das faculdades mais orientadas para o treinamento como as de direito, medicina, e teologia. Segundo, a filosofia promoveria o Esclarecimento *fora* da universidade por meio de seu próprio reconhecimento e divulgação do Esclarecimento. Esse segundo papel corresponde em geral <não só> às tentativas feitas por Kant para ampliar o ideal de pensar por si mesmo, <mas também> aos pedidos que a filosofia faz em relação à estrutura do governo, tais como sua insistência na liberdade da religião e liberdade de escrita. O papel que Habermas desconsidera é aquele da filosofia como a voz permanente da razão em debates públicos no interior da própria estrutura governamental, mesmo que essa estrutura de governo esteja perfeitamente de acordo com a estrutura do Estado ideal kantiano. De acordo com essa função, Kant identifica a faculdade de filosofia como aquela “na qual a razão é autorizada a falar publicamente” (7:20). Claro que a ideia de que os filósofos tenham algo a dizer em relação ao Estado remonta à concepção platônica do filósofo rei. Mas Kant não está defendendo que os filósofos realmente governem, e sim que somente eles têm qualificações únicas para aconselhar o governo, e que esse é melhor na medida em que permite a existência de tal voz institucionalmente independente.⁴

Esse papel atribuído aos professores de filosofia na universidade foi uma grande novidade na época. Historicamente, os próprios iluministas tendiam a ser independentes das universidades. Os iluministas acadêmicos e os não acadêmicos fundaram sociedades independentes, salões informais, revistas

3 Cf. Habermas, Jürgen: *Mudança estrutural da Esfera pública*. 2ª Edição. Trad.: Flávio R Kothe. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2003, pp. 129-130. Tradução para o inglês: *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Tradutores: Thomas Burger e Frederick Lawrence (Cambridge, MA: MIT, 1989), pp. 104-105, 116.

4 Para a discussão da ideia de que a filosofia como uma instituição possa ter um papel particular na discussão política em geral, ver Richard Peterson: *Democratic Philosophy and the Politics of Knowledge* (State College, PA: The Pennsylvania State Press, 1996). Os breves comentários de Peterson acerca da filosofia crítica de Kant (pp. 64-68) são feitos tomando preferencialmente como base a filosofia crítica de Kant em vez de seus ensaios políticos, tais como *O Conflito das faculdades*; desse modo, ele não levanta os pontos específicos que levanto.

populares, e coisas do tipo.⁵ O próprio Kant menciona os intelectuais (scholars) não universitários em *O Conflito das faculdades* e cuidadosamente distingue-os daqueles intelectuais institucionalmente identificados com a universidade, mesmo colocando alguns deles em um “estado de natureza” erudito (7:18). Kant apoiou e participou de algumas dessas instituições.⁶

A universidade alemã do século dezoito não era o lugar adequado para se procurar pelo Esclarecimento. Um produto de séculos de tradição, a universidade era composta de quatro faculdades (similar às faculdades de hoje no sistema universitário americano): teologia, medicina e direito, conjuntamente conhecidas como as “faculdades superiores”, e filosofia, conhecida como a “faculdade inferior”.⁷ As três faculdades superiores preparam estudantes para profissões específicas do sacerdócio, da medicina, do direito e do serviço governamental. Muitos desses graduados, mas não necessariamente todos, iriam trabalhar para o Estado. A faculdade inferior corresponde ao que grosseiramente em nossos dias poderia ser equiparado a uma faculdade de artes e ciências. Como Kant a descreve, ela teve duas partes: o “conhecimento

5 Essas instituições e organizações independentes, mais do que qualquer trabalho feito especificamente pelos professores nas universidades, são geralmente vistas como a força motriz do Esclarecimento. A maior e mais avançada figura do Esclarecimento alemão, Christian Wolff, foi uma notável exceção. Para uma discussão das instituições criadas ou usadas pelos defensores do Esclarecimento por toda a Europa, ver Ulrich Im Hof, *The Enlightenment*, tradução por William E. Yoill (Cambridge, MA: Blackwell, 1994) pp. 105-154. Ver também Habermas, *Mudança estrutural da Esfera pública*. 2ª Edição. Trad.: Flávio R Kothe. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2003, pp. 46-59, no que concerne à sua argumentação sobre a importância crucial que as instituições criadoras da esfera pública tiveram para a compreensão do Esclarecimento.

6 Por exemplo, Kant apoiou o Instituto *Philantropinium*, uma escola que empregava técnicas inovadoras no campo da educação. Cf. Manfred Kuen, *Kant a Biography* (New York: Cambridge University Press, 2001), pp 227-29, e Robert Loudon, *Kant's Impure Ethics* (New York: Oxford University Press, 2000), pp 44-46. Mais notável ainda, ele apoiou e contribuiu para o periódico mais importante do Esclarecimento, na Alemanha, o *Berlinische Monatsschrift*, no qual publicou pelo menos 13 ensaios em doze anos, inclusive aquele no qual expôs sua visão do Esclarecimento: “Resposta a pergunta: Que é ‘Esclarecimento?’” e “Que significa orientar-se no pensamento?”. Ambos traduzidos para o português in: *Immanuel Kant. Textos seletos*. 7ª Edição. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. Ed: Vozes, Petrópolis, 2005. Para a relação de Kant com o *Berliner Monatsschrift* ver Peter Weber “Kant und die ‘Berliner Monatsschrift’”, in Dina Emudts, Editor, *Immanuel Kant und die Berliner Aufklärung* (Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert Verlag, 2000) pp. 60-79.

7 Kant dá duas explicações para a terminologia “inferior/superior”: primeiro, ele acredita que as faculdades superiores recebem o título de “superior” não devido ao valor intrínseco de seus temas (uma vez que esses temas podem coincidir com a faculdade inferior), mas porque elas são capazes de comandar e controlar seus graduados como profissionais em suas respectivas especificidades na sociedade, e algo na natureza humana faz tal habilidade para o comando merecer mais honra, mesmo se ela estiver sujeita a uma autoridade política superior ela mesma (7:20). Segundo, ele nota que as faculdades superiores são de maior importância para o governo, e que é dessa perspectiva do governo que elas são superiores (7: 18-19).

histórico” (história, geografia, filologia, ciências naturais empíricas e afins) e o “conhecimento racional puro” (matemática pura e filosofia pura) (7:28).⁸

Esse é o contexto em que Kant escreve o ensaio “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento?’”, no qual ele nem mesmo menciona a universidade.⁹ Kant considera que usar o próprio entendimento é engajar-se no uso público da razão. O uso público da razão é “aquele que qualquer homem, enquanto *sábio*, faz dela diante do grande público do *mundo letrado*”; o uso privado da razão é “aquele que o *sábio* pode fazer de sua razão em certo cargo público ou função a ele confiado” (8:37). Kant argumenta que, quando não atuam como funcionários civis, os oficiais do governo têm o direito de participar no debate aberto da razão pública. Kant dá a entender ser óbvio que outros devam ter também aqueles direitos, e são também mencionados “uns poucos pensadores independentes” que conseguiram alcançar um estado de esclarecimento (8:36). E enquanto seu foco está na liberdade de pensamento em matéria de religião, Kant menciona especificamente a legislação do governo como outro tópico adequado para o uso público da razão em relação ao qual todos devem ser livres para participar (8:41). O quadro que se desenha da visão kantiana do Esclarecimento a partir desse ensaio está próximo de um amplo e vigoroso debate público como enfatizado por Habermas.

Mas o <ensaio> “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento?’” não foi a última palavra de Kant a esse respeito. Seu livro tardio *O Conflito das faculdades* (1798) traz novamente a questão da razão e do debate público. Nesse livro, Kant apresenta seu argumento de que a faculdade inferior na universidade, e em particular os filósofos, deveria funcionar como a voz da razão no debate político. Ele observa que as faculdades superiores de teologia, direito e medicina não são simples investigadoras independentes da verdade; ao invés disso, elas estão sujeitas ao governo e desempenham funções as quais possibilitam que o governo subsista. Essas funções referem-se aos cidadãos por meio do “eterno bem estar de cada um, seguido do seu bem estar civil como um membro da sociedade, e finalmente seu bem estar físico (uma vida longa e saudável)” (7:21). No entanto, o governo não está simplesmente interessado no bem estar dos cidadãos, mas sim em controlar, naqueles cidadãos,

8 Uma excelente discussão sobre a transformação dessa estrutura das universidades alemãs para a estrutura ainda existente atualmente, que a relaciona à influência da filosofia de Kant, está em Randall Collins, *The Sociology of Philosophies* (Cambridge, MA: Belknap Press, 1998), pp. 638-660.

9 Para uma discussão detalhada acerca do contexto dos escritos de Kant sobre o Esclarecimento, cf. Ciaran Cronin, ‘Kant’s politics of Enlightenment’, *Journal of the History of Philosophy* 41 (2003) 51-80.

os seus pensamentos e intenções secretas, sua conduta externa, sua força e longevidade (7:21-22). Para realizar essas funções, os professores das faculdades superiores têm que propor doutrinas ou ensinamentos os quais o governo aprove. O governo pode sancionar os ensinamentos das três faculdades superiores e insistir que seus professores “ensinem o que ele quer (seja isso verdade ou não)” (7:19). Além de ser orientada para outra coisa que não a verdade, essas faculdades usam outra coisa que não a razão como uma base para seus ensinamentos: para a teologia, a Bíblia; para o direito, o código legal em vigor; e para a medicina, as regulamentações médicas (7:23).¹⁰ Os professores dessas faculdades, por sua vez, ensinam esse material aos seus graduados que têm ainda menos liberdade uma vez que esses profissionais estão sujeitos à censura de suas faculdades correspondentes (7:18). O governo, desse modo, emprega as faculdades superiores e seus profissionais para seus próprios propósitos. Elas <as faculdades> não procuram a verdade; eles próprios <os profissionais> não se baseiam na razão.

Em contraste com aquelas <as faculdades superiores>, Kant identifica a faculdade de filosofia pelo “uso livre da razão” (7:23), e a razão é, por sua vez, definida como “o poder de julgar autonomamente – isto é, livremente (de acordo com os princípios do pensamento em geral)” (7:27). É bom lembrar que, em sua totalidade, a faculdade de filosofia é a faculdade inferior que investiga tanto o “conhecimento histórico” quanto o “conhecimento racional puro” (7:28). Toda e qualquer investigação sobre a verdade, como tal, pertence à faculdade inferior (7:20). Essa faculdade deve ser “independente do controle do governo em relação aos seus ensinamentos”, de tal modo que ela é livre para procurar a verdade (7:19-20). Isso inclui procurar questões que, por assim dizer, coincidem com as áreas abrangidas pelas faculdades superiores. Kant insiste que a função da faculdade inferior é precisamente servir como a voz independente da razão e da verdade tanto nas ciências quanto nas questões políticas.¹¹

10 “O médico especialista não elabora o seu método de terapia, tal como praticado no público, a partir da fisiologia do corpo humano, mas a partir de regulamentações médicas”. Isso significa aparentemente que os doutores não usam a ciência natural em sua prática, mas referem-se apenas às práticas estabelecidas pela faculdade de medicina, que por sua vez, está autorizada a ser influenciada pelas ciências naturais (7:26-27).

11 Onora O’Neill também discute a natureza da faculdade inferior como uma faculdade que incorpora a razão. Ela vê a discussão de Kant em *O Conflito das faculdades* como definindo negativamente o uso público da razão em oposição ao modo pelo qual as faculdades superiores usam a razão, o qual está condicionado às suas ordens e fontes. Cf. O’Neill ‘Kant’s conception of public reason’, in *Kant und die Berliner Aufklärung: Akten des IX Internationalen Kant-Kongresses*, Band 1, Editor. Volker Gerhardt, Rolf-Peter Horstmann, und Ralph Schumacher (Berlin: Walter deGruyter, 2001), 35-47, p.39-40.

Consideremos de um modo mais amplo as faculdades como um todo e sua procura pela verdade. A independência da faculdade de filosofia em relação às faculdades superiores é necessária uma vez que a verdade não pode ser comandada. E o governo, desse modo, se beneficiará das verdades resultantes nas ciências (7:35). Verdades desse tipo poderiam ser dirigidas às faculdades superiores para auxiliá-las a melhorar seu próprio entendimento acerca de suas áreas, uma relação que elas e o governo deveriam acolher (7:28,7:32). Um exemplo desse papel poderia ser o uso da investigação científica em relação às alegações feitas pela faculdade de medicina a respeito de certos tratamentos prescritos. Os filósofos não deveriam ser impedidos de fazer essas investigações uma vez que elas podem ser bem sucedidas ao refutar ensinamentos médicos em curso, beneficiando assim o governo e a sociedade em geral. A faculdade inferior como um todo pode servir para verificar as alegações das faculdades superiores, avaliando, desse modo, aquelas feitas pela teologia, direito e medicina.

Há, na faculdade inferior, um papel mais restrito para os filósofos enquanto tais. Supõe-se que os filósofos, em especial, usem a razão para discutir o que é correto na esfera política. O papel próprio dos professores de filosofia é realizar essa discussão. A faculdade de filosofia, e não o público, está encarregada da tarefa de criticar as políticas do Estado. Desde que qualquer ensinamento proposto pelas faculdades superiores devam ser vistos como “estatutos provenientes das escolhas do governo [...], a faculdade inferior não tem somente o título mas também o dever, se não de afirmar a inteira verdade em público, ao menos de verificar para esse se tudo o que é proposto publicamente como um princípio é verdadeiro” (7:32). Uma vez que a faculdade de filosofia é caracterizada por seu uso irrestrito da razão na busca da verdade, ela é apropriada para <exercer> essa função.

Kant confirma essa função no ensaio “Questão renovada: estará o gênero humano em constante progresso para o melhor?” publicado como a segunda parte de *O Conflito das faculdades* e, assim, pressupondo a discussão a qual apresentei mais acima. Ao longo desse ensaio, Kant argumenta que a faculdade de filosofia é a instituição natural para realizar essa função.

“O esclarecimento do povo é a sua instrução pública acerca dos seus deveres e direitos no tocante ao Estado a que pertence. Porque aqui se trata somente de direitos naturais e derivados do bom senso comum, os respectivos arautos e intérpretes no meio do povo não são os oficiais professores de

direito¹², estabelecidos pelo Estado, mas professores livres, i.e., os filósofos que, justamente por causa desta liberdade que a si mesmos facultam, são objetos de escândalo para o Estado, o qual apenas pretende reinar, e difamados, sob o nome de iluministas, como gente perigosa para o Estado. Embora a sua voz não se dirija familiarmente ao povo (que de tal e de seus escritos pouco ou nenhum caso faz), mas respeitosa e ao Estado, e esse é implorado para tomar a peito a sua necessidade de direito (7:89).

O papel natural dos filósofos é identificar e interpretar os direitos naturais e os direitos “surgidos do entendimento humano comum”, i.e. direitos *a priori*. Nessa passagem, Kant não menciona nenhum debate entre as faculdades superiores e a inferior; nem deveríamos nos deixar enganar pela semelhança superficial em relação ao segundo papel atribuído à filosofia por Habermas, como aquela que conduz o Esclarecimento ao povo. Em vez disso, Kant afirma que a faculdade de filosofia deve endereçar seus argumentos diretamente ao Estado. Os filósofos devem ser críticos persistentes (*gadflies*) do Estado.

Kant considera ainda que essa disposição deve ser institucionalizada, isto é, permanente. Os ensinamentos das faculdades superiores, que são equivalentes aos estatutos do governo, são tão falíveis como qualquer outra coisa (7:32)¹³. Essa admissão implica que o governo deve sempre ser confrontado com a possibilidade de que alguns de seus estatutos possam estar errados (ou falsos) porque o governo é unicamente humano.

12 *Rechtslehrer*. A tradução adotada pela Editora Cambridge para “*Rechtslehrer*” foi ‘professors of law’, o que *altera completamente* o significado kantiano, uma vez que Kant está claramente se referindo a professores de filosofia na faculdade de filosofia, que são livres, e não a professores na faculdade de direito (*Juristenfakultät*), que não são livres. Dada a sua visão acerca da relação entre as faculdades, Kant não poderia assegurar que a faculdade de direito desempenha o papel de expor os “direitos decorrentes do entendimento humano comum”, e certamente não no ensaio intitulado “O conflito da faculdade filosófica com a faculdade de direito” (Segunda parte de *O conflito das faculdades*). Note-se também que, em 1797, entre a composição e publicação desse ensaio, Kant publicou a primeira parte da *Metafísica dos costumes*, intitulada de *Rechtslehre* (Doutrina do direito). A conexão de “esclarecedores” (*enlighteners*) na passagem citada do próprio trabalho de Kant é, a esse respeito, elucidativa. Tradução para o português: *Metafísica dos costumes*. Tradução de Edson Bini, São Paulo: Edipro, 2003.

13 Aqui Kant alega que os pronunciamentos do governo são falíveis e por isso devem ser comparados com suas alegações na *Rechtslehre* (“Doutrina do direito”, in *Metafísica dos costumes*), em que o governo, ele mesmo, deve ser visto como tendo um tipo de origem divina (6:318-19). Cf.: “Observação Geral” in *Metafísica dos costumes*. Tradução de Edson Bini, São Paulo: Edipro, 2003, pp.161-162.

Esta disputa jamais pode cessar e a faculdade de filosofia deve para tal estar sempre armada. De fato, haverá necessariamente sempre prescrições estatutárias do governo quanto às doutrinas a ser expostas em público, porque a liberdade irrestrita de proclamar publicamente todas as suas opiniões poderia tornar-se perigosa quer para o governo, quer também para o próprio público. Mas todas as regras do governo, por derivarem dos homens ou serem, pelo menos, por esses sancionadas permanecem sempre sujeitas ao perigo do erro ou da inoportunidade; por conseguinte, também elas o estão no tocante às sanções com que o governo fornece às faculdades superiores. Por consequência, a faculdade de filosofia nunca pode depor suas armas perante o perigo de que está ameaçada a verdade cuja guarda lhe está confiada, porque as faculdades superiores jamais renunciarão ao desejo de governar. (7:33).

A função dos professores de filosofia, que consiste em examinar minuciosamente os ensinamentos das faculdades superiores e, conseqüentemente, as ações do governo, é permanente. Kant descreve esse papel usando uma analogia com o sistema parlamentarista. Os professores das faculdades superiores assentam-se, por assim dizer, “à direita” na bancada do governo, e argumentam a favor dos estatutos do governo, enquanto “em um livre sistema de governo como deve existir quando se trata de uma questão de verdade, deve haver também um partido de oposição (o lado esquerdo), e esse é a bancada da faculdade de filosofia” (7:35). Desse modo, uma das funções da faculdade de filosofia, na medida em que essa personifica a razão, é agir no debate público como uma crítica permanente das ações do governo.

Pode-se objetar que Kant está traindo seus princípios republicanos quando atribui esse papel à faculdade de filosofia. Kant pode estar subestimando a inteligência e a boa vontade dos não-filósofos ao se engajar no debate público. Seu clamor em prol do Esclarecimento exige que as pessoas pensem por elas mesmas. Admitir que os professores de filosofia pensem por eles, significaria para essas o mesmo que abandonar o Esclarecimento.

Kant tem uma resposta prática para essa objeção. Ele reconhece que muitas pessoas não estão muito interessadas nos debates intelectualizados e racionais da academia. As pessoas não estão interessadas na liberdade da mesma forma em que estão interessadas na realização dos fins naturais de sua vida (correspondente àquelas três faculdades superiores): uma felicidade após a morte, a garantia de bens pela lei, e o bem-estar físico (7:30). Além disso, “o povo quer ser conduzido” e “o povo naturalmente adere mais às doutrinas

que exigem o mínimo de autoesforço e o mínimo uso da própria razão, e que pode acomodar melhor seus deveres às suas inclinações” (7:31). Kant ocasionalmente alega que o público estaria interessado nesses debates, como no ensaio “Resposta à pergunta: Que é o ‘Esclarecimento?’”, quando ele considera “todo o público do mundo de leitores” como o público alvo de estudiosos no uso público de sua razão (8:37). Mas Kant pensa que o debate entre os professores <de filosofia> sobre os pronunciamentos das faculdades superiores é considerado, pelo público, muito sutil e obscuro para que esse mesmo público ouça e contribua na discussão (7:29). Desse modo, na realidade, as pessoas em geral não estão interessadas em exercitar sua razão. A faculdade de filosofia deve executar essa função para o benefício delas.

Essa resposta prática, todavia, conduz a uma objeção a mais, que concerne à sociedade ideal na qual os indivíduos são todos esclarecidos, capazes e dispostos a usar sua razão no debate público. A essa objeção Kant propõe várias respostas. Primeiro, Kant pode observar que ele não exclui nenhum cidadão de fazer uso de sua própria razão nesse debate político. Todos e quaisquer cidadãos são estimulados a participar dele. A faculdade de filosofia, todavia, é a garantia institucional de que *alguém* estará sendo a voz da razão no debate público. Segundo, ele pode argumentar que mesmo numa sociedade ideal, o mal radical permanece na raiz da natureza humana, e o autointeresse (*self-interest*) do governo a esse respeito pode estar conjugado com autointeresse dos cidadãos.¹⁴ A faculdade de filosofia pode elevar-se acima desse autointeresse em virtude da especialização inerente à sua concentração na razão e na verdade. Os filósofos são exercitados a abstrair da inclinação e autointeresse na verdade de qualquer <interesse> particular, quando da investigação da filosofia moral pura e sua aplicação na sociedade. Os filósofos agem, nesse sentido, como a personificação do uso público da razão, em contraste não apenas com os usos privados da razão empregados pelo governo e pelos funcionários públicos, mas também em contraste com o uso da razão potencialmente autointeressado dos cidadãos. Mesmo num governo democrático plenamente participativo, é necessário que reine nessas tendências algum controle em nome da razão; desse modo, Kant imagina a

14 Kant discute sobre o mal radical de um modo mais notável na *Religião dentro dos limites da simples razão*. (Tradução: Tania Maria Bernkopf. Coleção *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 367 e seguintes; AA 6:181) e apresenta o conceito correlato de “indissociável sociabilidade” concernente ao progresso para uma sociedade ideal no opúsculo “Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita” (1784). (Tradução para o português de Rodrigo Neves e Ricardo Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2004; AA 8:20-21). Gostaria de agradecer a Rachel Zuckert por me ter alertado a respeito da importância do mal radical nesse contexto.

faculdade de filosofia operando um tanto como a Suprema Corte dos Estados Unidos em sua prática de exame judicial.¹⁵

A faculdade de filosofia deve assim ser vista como a institucionalização do uso público da razão. Ao contrário de outros professores, dos oficiais do governo e de outros profissionais, os filósofos não têm o uso privado da razão distinto do uso público da mesma. Lembremos-nos de que o “uso privado” da razão é definido como o uso “que se pode fazer com ela num certo cargo ou posto *civil* com o qual ele é confiado” (8:37). A cátedra de filosofia era um cargo civil no tempo de Kant (e ainda é, num certo sentido, em todas as universidades públicas), mas o uso da razão pelos filósofos *qua* titulares desses cargos civis é para ser o de expositores em tempo integral da razão ela mesma e em função dela mesma. O uso privado da razão pelos filósofos – sua função governamental oficial – é o *mesmo* que o uso público que dela fazem – o qual expressa uma livre apreciação do governo baseado apenas na razão¹⁶. Com um olhar voltado para a aceitação, pelo governo, desse papel para faculdade de filosofia, Kant escreve esperançoso: “dessa maneira poderia muito bem acontecer que a última seria algum dia a primeira (a faculdade inferior seria a superior) – não, na verdade, em autoridade, mas no aconselhamento à autoridade (o governo).” (7:35)¹⁷

Tradução de Alexandre Medeiros de Araújo (doutorando no depto. de filosofia da PUC-Rio e professor substituto do depto. de Educação da UERJ).

Revisão técnica: Vera Cristina de Andrade Bueno.

15 Essa analogia é tanto mais válida na medida em que não há uma autorização escrita na Constituição dos Estados Unidos para a prática da revisão judicial pela Corte Suprema dos Estados Unidos. As outras instâncias do governo têm submetido tradicionalmente à Suprema Corte questões de interpretação constitucional. Na proposta kantiana, a faculdade de filosofia não teria, de modo similar, nenhuma autoridade escrita para pedir tal condescendência do governo, mas na prática confiaria em sua deferência.

16 Ciaran Cronin desconfia dessa função da faculdade de filosofia quando ele diz que Kant escreve em seu ensaio “Resposta a pergunta: Que é ‘Esclarecimento?’” “no papel de um estudioso endereçado ao público leitor, não como um professor universitário”, sugerindo que Kant está empregando o uso público e não o uso privado de sua razão como professor universitário (Cronin, “Kant’s politics of Enlightenment”, p. 65).

17 Agradeço a Samuel Fleischacker, Robert Loudon, Howard Williams, Rachel Zuckert e a três revisores anônimos para a *Kantian Review* pelas sugestões que muito aperfeiçoaram esse texto.

